



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 648/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1714/2012 – 2 volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sr. Gedeão Timóteo Amorim.

6- Unidade Técnica: Informação n.º 154/2014-DICAD-AM (fls. 244/252).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer n.º 2553/2014 (fls. 253/254), da lavra do Procurador de Contas Ademir Carvalho Pinheiro.

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica. Exercício de 2011.

Contas regular com ressalvas. Determinação e ciência ao responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/A, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, em divergência com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1 - JULGAR, REGULAR COM RESSALVAS, as Contas do **Sr. Gedeão Timóteo Amorim**, responsável pelo Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento das Metas da Educação Básica durante o exercício de 2011;

9.2 - DETERMINAR ao responsável e à atual administração do FEICMEB que:

a) Instrua as futuras prestações de contas anuais com comprovantes de depósito em favor dos beneficiários do “prêmio escola de valor” (restrição n.º 07 do Parecer n.º 6355/2013 – fls. 98 dos autos);

b) Descreva os desdobramentos do PEV de maneira que seja possível identificar quais ações foram implementadas em favor das escolas premiadas (restrição n.º 11 do Parecer n.º 6355/2013 – fls. 99 dos autos);



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 648/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

c) Exija das escolas premiadas prestação de contas dos recursos públicos captados (restrição n.º 12 do Parecer n.º 6355/2013 – fls. 99 dos autos);

d) Apresente mapas comparativos capazes de demonstrar a evolução dos discentes no que tange ao IDEB e ao IDEAM (restrição n.º 16 do Parecer n.º 6355/2013 – fls. 100 dos autos);

e) Não utilize recursos de cunho extraorçamentário para custear despesas orçamentárias (restrição n.º 02 do Parecer n.º 6355/2013 – fls. 97);

f) Apresente justificativas acerca da inscrição de restos a pagar em respeito ao princípio da transparência (restrição n.º 05 do Parecer n.º 6355/2013 – fls. 98);

g) Classifique adequadamente as fontes de recurso (restrição n.º 01 do Parecer n.º 6355/2013 – fls. 97);

9.3 - CIENTIFICAR o interessado sobre o desfecho destes autos;

10- Ata: 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de novembro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

12.1 – Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procurador-Geral, em substituição.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral, em substituição